MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Coleção de Atos Internacionais

N. 137

Convenção Internacional relativa à repressão

DO

TRÁFICO DE MULHERES MAIORES

Firmada em Genebra a 11 de Outubro de 1933.
Aprovada pelo Decreto-Lei n. 113, de 28 de Dezembro de 1937.
Adesão do Brasil, comunicada ao Secretário Geral da Liga das Nações, por nota de 24 de Junho de 1938, da Legação do Brasil em Berna.
Promulgada pelo Decreto n. 2.954, de 10 de Agosto de 1938.
Publicada no "Diário Oficial" de 12 de Agosto de 1938.

RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1940

Decreto n. 2.954, de 10 de Agosto de 1938

Promulga a Convenção internacional relativa à repressão do tráfico de mulheres maiores, firmada em Genebra a 11 de Outubro de 1933

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sido aprovada pelo Governo brasileiro a Convenção Internacional relativa à repressão do tráfico de mulheres maiores, firmada em Genebra, a 11 de Outubro de 1933; e

Tendo sido comunicada ao Secretariado da Liga das Nações a adesão do Brasil à referida Convenção, por nota de 24 de Junho de 1938, da Legação do Brasil em Berna;

Decreta que a referida Convenção, apensa por cópia ao presente decreto, seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Rio de Janeiro, em 10 de Agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

TRADUÇÃO OFICIAL

Convenção internacional para a repressão do tráfico de mulheres maiores

SUA MAJESTADE O REI DOS ALBANESES; O PRESIDENTE DO REICH ALEMÃO; O PRESIDENTE FEDERAL DA REPÚBLICA DA ÁUSTRIA; SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS; SUA MAJESTADE O REI DA GRÃ-BRETANHA, DA IRLANDA E DOS DOMÍNIOS BRITÂNICOS DE ALEM-MAR, IMPERADOR DAS ÍNDIAS; SUA MAJESTADE O REI DOS BÚLGAROS; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO CHILE; O PRESIDENTE DO GOVERNO NACIONAL DA REPÚBLICA CHINESA; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA POLÔNIA, PELA CIDADE LIVRE DE DANTZIG; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ESPANHOLA; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA HELÊNICA; SUA ALTEZA SERENÍSSIMA O REGENTE DO REINO DA HUNGRIA; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE LETÔNIA; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE LITUÂNIA; SUA ALTEZA SERENÍSSIMA O PRÍNCIPE DE MÔNACO; SUA MAJESTADE O REI DA NORUEGA; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PANAMÁ; SUA MAJESTADE A RAINHA DOS PAÍSES BAIXOS; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA POLÔNIA; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA; SUA MAGESTADE O REI DA SUÉCIA; O CONSELHO FEDERAL SUÍÇO; O PRESIDENTE DA REPÚBLICA TCHECOSLOVACA; SUA MAGESTADE O REI DA IUGOSLÁVIA,

Desejosos de assegurar, de maneira mais completa, a repressão do tráfico de mulheres e de crianças;

Havendo tomado conhecimento das recomendações contidas no relatório apresentado, ao Conselho da Sociedade das Nações, pelo Comité do tráfico de mulheres e de crianças sobre os trabalhos de sua décima-segunda sessão;

Havendo decidido completar, por meio de uma nova Convenção, o Acordo de 18 de Maio de 1904 e as Convenções de 4 de Maio de 1910 e de 30 de Setembro de 1921, relativos à repressão do tráfico de mulheres e de crianças;

Designaram para este fim, como seus plenipotenciários:

Sua Majestade o Rei dos Albaneses:

O Sr. Lec KURTI, Ministro residente, Delegado permanente junto à Sociedade das Nações.

O Presidente do Reich Alemão:

O Dr. WOERMANN, Conselheiro de legação.

O Presidente Federal da República da Áustria:

O Dr. Erhard SCHIFFNER, Conselheiro de Legação, Diretor-Adjunto do Departamento jurídico dos Negócios estrangeiros.

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

O Sr. J. MÉLOT, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Domínios Britânicos de Alem-mar, Imperador das Índias:

Pela Grã-Bretanha e Irlanda do Norte bem como por todas as partes do Império britânico que não sejam membros separados da Sociedade das Nações:
O Muito Honrado W. G. A. ORMSBY GORE, M. P., Primeiro Comissário de Obras Públicas.

Pelo *Commonwealth* da Austrália:

O Muito Honrado S. M. BRUCE, C. H., M. C., M. P.

Pela União Sul-Africana:

O Sr. M. C. T., Te WATER, Alto Comissário em Londres

Sua Majestade o Rei dos Búlgaros:

O Sr. Dimitri MIKOFF, Encarregado de Negócios em Berna, Representante permanente junto à Sociedade das Nações.

O Presidente da República do Chile:

O Sr. Enrique J. CAJARDO, Chefe do Bureau permanente junto à Sociedade das Nações.

O Presidente do Governo nacional da República da China:

O Dr. V. K. Wellington KOO, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Presidente da República francesa, Representante no Conselho da Sociedade das Nações;
O Sr. QUO TAI-CHI, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a Sua Majestade britânica.

O Presidente da República da Polônia, pela Cidade livre de Dantzig:

O Sr. Edouard RACZYNSKI, Ministro Plenipotenciário, Delegado junto à Sociedade das Nações.

O Presidente da República Espanhola:

A Senhora Isabel OYARZABAL DE PALENCIA.

O Presidente da República Francesa:

O Sr. Jules GAUTIER, Presidente de secção honorário do Conselho de Estado.

O Presidente da República Helênica:

O Sr. R. RAPHAEL, Delegado permanente junto à Sociedade das Nações.

Sua Alteza Serenissima o Regente do Reino da Hungria:

O Sr. Ladislas TAHY DE TAHVAR ET TARKEO, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Conselho federal suíço, Chefe da Delegação junto à Sociedade das Nações.

O Presidente da República da Letônia:

O Sr. Jules FELDMANS, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Conselho federal suíço, Delegado permanente junto à Sociedade das Nações.

O Presidente da República da Lituânia:

O Sr. Vaclovas SIDZIKAUSKAS, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a Sua Majestade britânica e junto ao Conselho federal suíço.

Sua Alteza Serenissima o Príncipe de Mônaco:

O Sr. Xavier-John RAISIN, Consul Geral em Genebra.

Sua Majestade o Rei da Noruega:

O Sr. Peter Hersleb BIRKELAND, Conselheiro de Legação, Delegado permanente junto à Sociedade das Nações.

O Presidente da República do Panamá:

O Dr. Raoul A. AMADOR, Ministro residente.

Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos:

O Sr. J. LIMBURG, Membro do Conselho de Estado.

O Presidente da República da Polônia:

O Sr. Edouard RACZYNSKI, Ministro Plenipotenciário, Delegado junto à Sociedade das Nações.

O Presidente da República Portuguesa:

O Dr. José Caetano LOPO D'AVILA LIMA, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Conselho federal suíço.

Sua Majestade o Rei da Suécia:

O Sr. K. I. WESTMAN, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Conselho federal suíço.

O Conselho federal Suíço:

O Sr. Franz STAMPFLI, Procurador da Confederação;
O Sr. Camille GORGÉ, Primeiro Chefe de secção do Departamento político federal.

O Presidente da República Tchecoslovaca:

O Sr. Rudolf KUNZL-JIZERSKY, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Conselho federal suíço, Delegado permanente junto à Sociedade das Nações.

Sua Majestade o Rei da Iugoslávia:

O Sr. Constantin FOTITCH, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, Delegado permanente junto à Sociedade das Nações.

Os quais, depois de se haverem comunicado os respectivos plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

ARTIGO I

Quem quer que, para satisfazer as paixões de outrem, tenha aliciado, atraído ou desencaminhado, ainda que com o seu consentimento, uma mulher ou solteira maior, com fins de libertinagem em outro país, deve ser punido, mesmo quando os vários atos, que são os elementos constitutivos da infração, forem praticados em países diferentes.

A tentativa é igualmente punível. Nos limites legais, tambem o são os atos preparatórios.

Para os efeitos do presente artigo, a expressão "país" compreende as colônias e protetorados da Alta Parte Contratante interessada, assim como os territórios sob sua suserania e os territórios sobre os quais lhe houver sido confiado um mandato.

ARTIGO II

As altas Partes contratantes, cuja legislação não for, presentemente, adequada à repressão das infrações previstas no artigo precedente, comprometem-se a adotar medidas que assegurem a punição de tais infrações segundo a sua gravidade.

ARTIGO III

As Altas Partes contratantes se comprometem a fornecer, uma às outras, a respeito de todo indivíduo de um ou outro sexo, que houver cometido ou tentado cometer uma das infrações previstas pela presente Convenção, ou pelas Convenções de 1910 e 1921, relativas à repressão do tráfico de mulheres e crianças, se os elementos constitutivos da infração forem ou devessem ser praticados em países diversos, as seguintes informações (ou informações análogas, permitidas nas leis e regulamentos internos):

a) As sentenças de condenação acompanhadas de quaisquer outras informações úteis que possam ser obtidas sobre o delinquente, por exemplo sobre o estado civil, sinais individuais, impressões digitais, fotografia, folha corrida, processos usados pelo mesmo, etc...

b) Indicação das medidas de impedimento de entrada ou expulsão de que houver sido objeto.

Esses documentos e informações serão remetidos, diretamente e no mais breve prazo possivel, às autoridades dos países interessados, em cada caso particular, pelas autoridades designadas no artigo primeiro do Acordo concluído em Paris a 18 de Maio de 1904; e, se possivel, em todos os casos de infração, condenação, impedimento de entrada ou expulsão, devidamente apurados.

ARTIGO IV

Se sobrevier entre as Altas Partes contratantes qualquer controvérsia a respeito da interpretação ou da aplicação da presente Convenção ou das Convenções de 1910 e 1921, e, se tal controvérsia não puder ser satisfatoriamente solucionada por

via diplomática, será ela regulada de acordo com as disposições vigentes, entre as partes, para o ajuste das controvérsias internacionais.

Na hipótese de tais disposições não serem vigentes entre as partes em litígio, estas submeterão a controvérsia a um processo arbitral ou judiciário. Não havendo acordo sobre a escolha de um outro tribunal, submeterão as partes a controvérsia, por iniciativa de qualquer delas, à Corte Permanente de Justiça internacional se forem todas partes do Protocolo de 16 de Dezembro de 1920, relativo ao Estatuto da dita Corte, e, se não forem, a um tribunal de arbitragem constituído de conformidade com a Convenção de Leis, de 18 de Outubro de 1907, para o ajuste pacífico dos conflitos internacionais.

ARTIGO V

A presente Convenção, cujos textos em francês e em inglês farão igualmente fé, terá a data de hoje e permanecerá, até 1º de Abril de 1934, aberta à assinatura de todo Membro da Sociedade das Nações ou de todo Estado não-membro que se tenha feito representar na Conferência que elaborou a presente Convenção, ou ao qual o Conselho da Sociedade das Nações envia cópia da presente Convenção, para esse efeito.

ARTIGO VI

A presente Convenção será ratificada. Os instrumentos de ratificação serão transmitidos ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, que notificará esse depósito a todos os Membros da Sociedade, bem como aos Estados não-membros indicados no artigo precedente.

ARTIGO VII

A datar de 1º de Abril de 1934, todo Membro da Sociedade das Nações e todo Estado não-membro indicado no artigo 5 poderá aderir à presente Convenção.

Os instrumentos de adesão serão transmitidos ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, que notificará esse depósito a todos os Membros da Sociedade, bem como aos Estados não-membros mencionados no dito artigo.

ARTIGO VIII

A presente Convenção entrará em vigor sessenta dias depois de recebidas, pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações, duas ratificações ou adesões.

Será registada pelo Secretário Geral no dia da sua entrada em vigor.

As ratificações ou adesões ulteriores produzirão efeito no termo de sessenta dias, a partir da data do seu recebimento pelo Secretário Geral.

ARTIGO IX

A presente Convenção poderá ser denunciada mediante notificação ao Secretário Geral da Sociedade das Nações. A denúncia produzirá efeito um ano depois do seu recebimento e somente para a Alta Parte contratante que a tiver notificado.

ARTIGO X

Qualquer das Altas Partes contratantes poderá declarar, no momento da assinatura, ratificação ou adesão, que, aceitando a presente Convenção, não assume obrigação alguma, seja para o conjunto, seja para uma parte de suas colônias, protetorados, possessões de alem-mar, territórios sob sua suserania ou território para os quais lhe houver sido confiado um mandato.

Qualquer das Altas Partes contratantes poderá, ulteriormente, declarar ao Secretário Geral da Sociedade das Nações que a presente Convenção se aplica ao todo ou a parte dos territórios que tiverem sido objeto de uma declaração, nos termos da alínea anterior. A referida declaração produzirá efeito sessenta dias depois de seu recebimento.

Qualquer das Altas Partes contratantes poderá, a todo tempo, retirar, no todo ou em parte, a declaração mencionada na alínea 2. Em tal hipótese, essa declaração de retirada produzirá efeito um ano após o seu recebimento pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações.

O Secretário Geral comunicará a todos os Membros da Sociedade das Nações, bem como aos Estados não-membros indicados no artigo 5, as denúncias previstas no artigo 9 e as declarações recebidas em virtude do presente artigo.

Sem embargo da declaração feita, em virtude da alínea primeira do presente artigo, a alínea 3 do artigo primeiro permanece aplicavel.

EM FÉ DO QUE, os plenipotenciários acima mencionados assinaram a presente Convenção.

FEITO em Genebra, aos onze de Outubro de mil novecentos e trinta e tres, em um só exemplar, que será depositado nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações, e

cujas cópias autênticas serão remetidas a todos os Membros da Sociedade das Nações e aos Estados não-membros indicados no artigo 5.

ALBÂNIA — Lec KURTI.

ALEMANHA — WOERMANN.

ÁUSTRIA — Dr. Erhard SCHIFFNER.

BÉLGICA — Com reserva do artigo 10 — J. MÉLOT.

GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE, bem como todas as partes do Império britânico não membros separados da Sociedade das Nações. — William G. A. ORMSBY GORE.

AUSTRÁLIA — S. M. BRUCE.

UNIÃO SUL AFRICANA — C. T. Te WATER.

BULGÁRIA — D. MIKOFF.

CHILE — Enrique J. CAJARDO V.

CHINA — V. K. Wellington KOO.

CIDADE LIVRE DE DANTZIG — Edouard RACZYNSKI.

ESPANHA — Isabel OYARZABAL DE PALENCIA.

FRANÇA — Jules GAUTIER.

GRÉCIA — R. RAPHAEL.

HUNGRIA — Ladislas de TAHY.

LETÔNIA — J. FELDMANS.

LITUÂNIA — Vaclovas SIDZIKAUSKAS.

MÔNACO — Xavier RAISIN.

NORUEGA — Sujeito a ratificação — Hersleb BIRKELAND.

PANAMÁ — R. A. AMADOR.

PAÍSES BAIXOS — Compreendidos as índias neerlandesas, o Surinam e Curaçao — LIMBURG.

POLÔNIA — Edouard RACZYNSKI.

PORTUGAL — J. LOBO D'AVILA LIMA.

SUÉCIA — K. I. WESTMAN — Sujeito a ratificação por S. M. o Rei da Suécia com aprovação do Riksdag.

SUÍÇA — STAMPFLI — C. GORGÉ.

TCHECOSLOVÁQUIA — Rudolf KUNZL-JIZERSKY.

IUGOSLÁVIA — Constantin FOTITCH.

Del / Brasil / ONU / 41 / 1949 / Anexo 1.

UNITED NATIONS NATIONS UNIES

International Convention for the Suppression of the Traffic in Women of Full Age

ARQUIVO

Signed at Geneva, 11 October 1933, amended by the Protocol signed at Lake Success, New York, 12 November 1947

Convention internationale relative à la répression de la traite des femmes majeures

Signée à Genève, le 11 octobre 1933, amendée par le Protocole signé à Lake Success, New-York, le 12 novembre 1947

Note: The underlined text indicates the amendments introduced by the Protocol signed at Lake Success, New York, 12 November 1947.

Note: Le texte souligné indique les amendements introduits par le Protocole signé à Lake Success, New-York, le 12 novembre 1947.

Lake Success, New York
1948

CONVENTION INTERNATIONALE RELATIVE A LA REPRESSION DE LA TRAITE DES FEMMES MAJEURES

Signée à Genève, le 11 octobre 1933, amendée par le Protocole signé à Lake Success, New-York, le 12 novembre 1947

Sa Majesté le Roi des Albanais; le Président du Reich allemand; le Président fédéral de la République d'Autriche; Sa Majesté le Roi des Belges; Sa Majesté le Roi de Grande-Bretagne, d'Irlande et des Dominions britanniques au delà des mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Bulgares; le Président de la République du Chili; le Président du Gouvernement national de la République de Chine; le Président de la République de Pologne, pour la Ville libre de Dantzig; le Président de la République espagnole; le Président de la République française; le Président de la République hellénique; Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie; le Président de la République de Lettonie; le Président de la République de Lithuanie; Son Altesse Sérénissime le Prince de Monaco; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République de Pologne; le Président de la République portugaise; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil fédéral suisse; le Président de la République tchécoslovaque; Sa Majesté le Roi de Yougoslavie,

Désireux d'assurer d'une manière plus complète la répression de la traite des femmes et des enfants;

Ayant pris connaissance des recommandations contenues dans le rapport au Conseil de la Société des Nations par le Comité de la traite des femmes et des enfants sur les travaux de sa douzième session;

Ayant décidé de compléter, par une convention nouvelle, l'arrangement du 18 mai 1904 et les conventions du 4 mai 1910 et du 30 septembre 1921, relatifs à la répression de la traite des femmes et des enfants,

Ont désigné à cet effet pour leurs plénipotentiaires:

SA MAJESTÉ LE ROI DES ALBANAIS:

M. Lec Kurti, ministre résident, délégué permanent auprès de la Société des Nations.

LE PRÉSIDENT DU REICH ALLEMAND:

Le docteur Woermann, conseiller de Légation.

LE PRÉSIDENT FÉDÉRAL DE LA RÉPUBLIQUE D'AUTRICHE:

Le docteur Erhard Schiffner, conseiller de Légation, directeur adjoint du Département juridique des Affaires étrangères.

INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE SUPPRESSION OF THE TRAFFIC IN WOMEN OF FULL AGE

Signed at Geneva, 11 October 1933, amended by the Protocol signed at Lake Success, New York, 12 November 1947

His Majesty the King of the Albanians; the President of the German Reich; the Federal President of the Austrian Republic; His Majesty the King of the Belgians; His Majesty the King of Great Britain, Ireland and the British Dominions beyond the Seas, Emperor of India; His Majesty the King of the Bulgarians; the President of the Republic of Chile; the President of the National Government of the Republic of China; the President of the Polish Republic, for the Free City of Danzig; the President of the Spanish Republic; the President of the French Republic; the President of the Hellenic Republic; His Serene Highness the Regent of the Kingdom of Hungary; the President of the Latvian Republic; the President of the Republic of Lithuania; His Serene Highness the Prince of Monaco; His Majesty the King of Norway; the President of the Republic of Panama; Her Majesty the Queen of the Netherlands; the President of the Polish Republic; the President of the Portuguese Republic; His Majesty the King of Sweden; the Swiss Federal Council; the President of the Czechoslovak Republic; His Majesty the King of Yugoslavia,

Being anxious to secure more completely the suppression of the traffic in women and children;

Having taken note of the recommendations contained in the Report to the Council of the League of Nations by the Traffic in Women and Children Committee on the work of its twelfth session;

Having decided to complete by a new Convention the Agreement of May 18th, 1904, and the Conventions of May 4th, 1910, and September 30th, 1921, relating to the suppression of the traffic in women and children,

Have appointed for this purpose as their Plenipotentiaries:

HIS MAJESTY THE KING OF THE ALBANIANS:

M. Lec Kurti, Resident Minister, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

THE PRESIDENT OF THE GERMAN REICH:

Dr. Woermann, Counsellor of Legation.

THE FEDERAL PRESIDENT OF THE AUSTRIAN REPUBLIC:

Dr. Erhard Schiffner, Counsellor of Legation, Assistant Director of the Legal Department at the Ministry of Foreign Affairs.

Sa Majesté le Roi des Belges:

M. J. Mélot, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire.

Sa Majesté le Roi de Grande-Bretagne, d'Irlande et des Dominions britanniques au delà des mers, Empereur des Indes:

Pour la Grande-Bretagne et l'Irlande du Nord ainsi que toutes parties de l'Empire britannique non membres séparés de la Société des Nations:

Le très honorable W. G. A. Ormsby Gore, M.P., premier commissaire aux Travaux publics.

Pour le Commonwealth d'Australie:

Le très honorable S. M. Bruce, C.H., M.C., M.P.

Pour l'Union Sud-Africaine:

M. C. T. te Water, haut commissaire à Londres.

Sa Majesté le Roi des Bulgares:

M. Dimitri Mikoff, chargé d'Affaires à Berne, représentant permanent auprès de la Société des Nations.

Le Président de la République du Chili:

M. Enrique J. Gajardo, chef du Bureau permanent auprès de la Société des Nations.

Le Président du Gouvernement national de la République de Chine:

Le docteur V. K. Wellington Koo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près le Président de la République française, représentant au Conseil de la Société des Nations.

M. Quo Tai-Chi, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près Sa Majesté britannique.

Le Président de la République de Pologne, pour la Ville libre de Dantzig:

M. Edouard Raczynski, ministre plénipotentiaire, délégué auprès de la Société des Nations.

Le Président de la République espagnole:

Mme Isabel Oyarzabal de Palencia.

Le Président de la République française:

M. Jules Gautier, président de section honoraire au Conseil d'Etat.

Le Président de la République Hellénique:

M. R. Raphaël, délégué permanent auprès de la Société des Nations.

Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie:

M. Ladislas Tahy de Tahvár et Tarkeö, envoyé extraordinaire et ministre plénipoten-

His Majesty the King of the Belgians:

M. J. Mélot, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary.

His Majesty the King of Great Britain, Ireland and the British Dominions beyond the seas, Emperor of India:

For Great Britain and Northern Ireland and all parts of the British Empire which are not separate Members of the League of Nations:

The Right Honourable W. G. A. Ormsby Gore, M.P., First Commissioner, His Majesty's Office of Works and Public Buildings.

For the Commonwealth of Australia:

The Right Honourable S. M. Bruce, C.H., M.C., M.P.

For the Union of South Africa:

M. C. T. te Water, High Commissioner in London.

His Majesty the King of the Bulgarians:

M. Dimitri Mikoff, Chargé d'Affaires at Berne, Permanent Representative accredited to the League of Nations.

The President of the Republic of Chile:

M. Enrique J. Gajardo, Head of the Permanent Office accredited to the League of Nations.

The President of the National Government of the Republic of China:

Dr. V. K. Wellington Koo, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the President of the French Republic, Representative on the Council of the League of Nations.

M. Quo Tai-Chi, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to His Britannic Majesty.

The President of the Polish Republic, for the Free City of Danzig:

M. Edouard Raczynski, Minister Plenipotentiary, Delegate accredited to the League of Nations.

The President of the Spanish Republic:

Mme Isabel Oyarzabal de Palencia.

The President of the French Republic:

M. Jules Gautier, Honorary President of Section in the Council of State.

The President of the Hellenic Republic:

M. R. Raphaël, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

His Serene Highness the Regent of the Kingdom of Hungary:

M. Ladislas Tahy de Tahvár et Tarkeö, Envoy Extraordinary and Minister Plenipoten-

tiaire près le Conseil fédéral suisse, chef de la Délégation auprès de la Société des Nations.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE LETTONIE:

M. Jules Feldmans, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse, délégué permanent auprès de la Société des Nations.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE LITHUANIE:

M. Vaclovas Sidzikauskas, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près Sa Majesté britannique et près le Conseil fédéral suisse.

SON ALTESSE SÉRÉNISSIME LE PRINCE DE MONACO:

M. Xavier-John Raisin, consul général à Genève.

SA MAJESTÉ LE ROI DE NORVÈGE:

M. Peter Hersleb Birkeland, conseiller de Légation, délégué permanent auprès de la Société des Nations.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE PANAMA:

Le docteur Raoul A. Amador, ministre résident.

SA MAJESTÉ LA REINE DES PAYS-BAS:

M. J. Limburg, membre du Conseil d'Etat.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE POLOGNE:

M. Edouard Raczynski, ministre plénipotentiaire, délégué auprès de la Société des Nations.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE:

Le docteur José Caetano Lobo d'Avila Lima, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse.

SA MAJESTÉ LE ROI DE SUÈDE:

M. K. I. Westman, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse.

LE CONSEIL FÉDÉRAL SUISSE:

M. Franz Stämpfli, procureur de la Confédération;

M. Camille Gorgé, premier chef de Section au Département politique fédéral.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE TCHÉCOSLOVAQUE:

M. Rudolf Künzl-Jizerský, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire près le Conseil fédéral suisse, délégué permanent auprès de la Société des Nations.

tiary to the Swiss Federal Council, Head of the Delegation accredited to the League of Nations.

THE PRESIDENT OF THE LATVIAN REPUBLIC:

M. Jules Feldmans, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the Swiss Federal Council, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF LITHUANIA:

M. Vaclovas Sidzikauskas, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to His Britannic Majesty and to the Swiss Federal Council.

HIS SERENE HIGHNESS THE PRINCE OF MONACO:

M. Xavier-John Raisin, Consul-General at Geneva.

HIS MAJESTY THE KING OF NORWAY:

M. Peter Hersleb Birkeland, Counsellor of Legation, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF PANAMA:

Dr. Raoul A. Amador, Resident Minister.

HER MAJESTY THE QUEEN OF THE NETHERLANDS:

M. J. Limburg, Member of the Council of State.

THE PRESIDENT OF THE POLISH REPUBLIC:

M. Edouard Raczynski, Minister Plenipotentiary, Delegate accredited to the League of Nations.

THE PRESIDENT OF THE PORTUGUESE REPUBLIC:

Dr. José Caetano Lobo d'Avila Lima, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the Swiss Federal Council.

HIS MAJESTY THE KING OF SWEDEN:

M. K. I. Westman, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the Swiss Federal Council.

THE SWISS FEDERAL COUNCIL:

M. Franz Stämpfli, "Procureur" of the Confederation;

M. Camille Gorgé, First Head of Section in the Federal Political Department.

THE PRESIDENT OF THE CZECHOSLOVAK REPUBLIC:

M. Rudolf Künzl-Jizerský, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the Swiss Federal Council, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

SA MAJESTÉ LE ROI DE YOUGOSLAVIE:

M. Constantin Fotitch, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire, délégué permanent auprès de la Société des Nations.

Lesquels, après avoir communiqué leurs pleins pouvoirs reconnus en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

Article premier.

Doit être puni quiconque, pour satisfaire les passions d'autrui, a embauché, entraîné ou détourné, même avec son consentement, une femme ou fille majeure en vue de la débauche dans un autre pays, alors même que les divers actes qui sont les éléments constitutifs de l'infraction auraient été accomplis dans des pays différents.

La tentative est également punissable. Il en est de même, dans les limites légales, des actes préparatoires.

Au sens du présent article, l'expression "pays" comprend les colonies et protectorats de la Haute Partie contractante intéressée, ainsi que les territoires sous sa suzeraineté et ceux pour lesquels un mandat lui a été confié.

Article 2.

Les Hautes Parties contractantes dont la législation ne sera pas, dès à présent, suffisante pour réprimer les infractions prévues par l'article précédent s'engagent à prendre les mesures nécessaires pour que ces infractions soient punies suivant leur gravité.

Article 3.

Les Hautes Parties contractantes s'engagent à se communiquer au sujet de tout individu de l'un ou l'autre sexe qui aura commis ou tenté de commettre l'une des infractions visées par la présente convention, ou par les conventions de 1910 et 1921, relatives à la répression de la traite des femmes et des enfants, si les éléments constitutifs de l'infraction ont été ou devaient être réalisés dans des pays différents, les informations suivantes (ou des informations analogues que permettent de fournir les lois et règlements intérieurs):

a) Les jugements de condamnation avec toutes autres informations utiles qui pourraient être obtenues sur le délinquant, par exemple sur son état civil, son signalement, ses empreintes digitales, sa photographie, son dossier de police, sa manière d'opérer, etc.

b) L'indication des mesures de refoulement ou d'expulsion dont il aurait été l'objet.

Ces documents et informations seront envoyés directement et sans délai aux autorités des pays intéressés dans chaque cas particulier par les

HIS MAJESTY THE KING OF YUGOSLAVIA:

M. Constantin Fotitch, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

Who, having communicated their full powers, found in good and due form, have agreed as follows:

Article 1.

Whoever, in order to gratify the passions of another person, has procured, enticed or led away even with her consent, a woman or girl of full age for immoral purposes to be carried out in another country, shall be punished, notwithstanding that the various acts constituting the offence may have been committed in different countries.

Attempted offences, and within the legal limits, acts preparatory to the offences in question, shall also be punishable.

For the purposes of the present Article, the term "country" includes the colonies and protectorates of the High Contracting Party concerned, as well as territories under his suzerainty and territories for which a mandate has been entrusted to him.

Article 2.

The High Contracting Parties whose laws are at present inadequate to deal with the offences specified in the preceding Article agree to take the necessary steps to ensure that these offences shall be punished in accordance with their gravity.

Article 3.

The High Contracting Parties undertake to communicate to each other in regard to any person of either sex who has committed or attempted to commit any of the offences referred to in the present Convention or in the Conventions of 1910 and 1921 on the Suppression of the Traffic in Women and Children, the various constituent acts of which were, or were to have been, accomplished in different countries, the following information (or similar information which it may be possible to supply under the laws and regulations of the country concerned):

(*a*) Records of convictions, together with any useful and available information with regard to the offender, such as his civil status, description, fingerprints, photograph and police record, his methods of operations, etc.

(*b*) Particulars of any measures of refusal of admission or of expulsion which may have been applied to him.

These documents and information shall be sent direct and without delay to the authorities of the countries concerned in each particular

autorités désignées conformément à l'article premier de l'arrangement conclu à Paris le 18 mai 1904. Cet envoi aura lieu, autant qu'il est possible, dans tous les cas de constatation de l'infraction, de condamnation, de refoulement ou d'expulsion.

Article 4.

S'il s'élève entre les Hautes Parties contractantes un différend quelconque relatif à l'interprétation ou à l'application de la présente convention ou des conventions de 1910 et 1921, et si ce différend n'a pu être résolu de façon satisfaisante par voie diplomatique, il sera réglé conformément aux dispositions en vigueur entre les Parties concernant le règlement des différends internationaux.

Au cas où de telles dispositions n'existeraient pas entre les Parties au différend, elles le soumettront à une procédure arbitrale ou judiciaire. A défaut d'un accord sur le choix d'un autre tribunal, elles soumettront le différend, à la requête de l'une d'elles, à la Cour internationale de Justice, si elles sont toutes parties au Statut de la Cour internationale de Justice, et, si elles n'y sont pas toutes parties, a un tribunal d'arbitrage constitué conformément à la Convention de La Haye du 18 octobre 1907 pour le règlement pacifique des conflits internationaux.

Article 5.

La présente convention, dont les textes français et anglais feront également foi, portera la date de ce jour et sera, jusqu'au premier avril 1934, ouverte à la signature de tout Membre de la Société des Nations ou de tout Etat non membre qui s'est fait représenter à la Conférence qui a élaboré la présente convention, ou auquel le Conseil de la Société des Nations aura communiqué copie de la présente convention à cet effet.

Article 6.

La présente convention sera ratifiée. A partir du 1er janvier 1948, les instruments de ratification seront transmis au Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies, qui en notifiera le dépôt à tous les Etats Membres de l'Organisation des Nations Unies et aux Etats non membres auxquels il aura communiqué copie de la convention.

Article 7.

Les Etats Membres de l'Organisation des Nations Unies pourront adhérer à la présente convention. Il en sera de même pour les Etats non

case by the authorities named in Article I of the Agreement concluded in Paris on May 18th, 1904, and, if possible, in all cases when the offence, conviction, refusal of admission or expulsion has been duly established.

Article 4.

If there should arise between the High Contracting Parties a dispute of any kind relating to the interpretation or application of the present Convention or of the Conventions of 1910 and 1921, and if such dispute cannot be satisfactorily settled by diplomacy, it shall be settled in accordance with any applicable agreements in force between the Parties providing for the settlement of international disputes.

In case there is no such agreement in force between the Parties, the dispute shall be referred to arbitration or judicial settlement. In the absence of agreement on the choice of another tribunal, the dispute shall, at the request of any of the Parties, be referred to the International Court of Justice, if all the Parties to the dispute are Parties to the Statute of the International Court of Justice, and if any of the Parties to the dispute is not a Party to the Statute of the International Court of Justice, to an arbitral tribunal constituted in accordance with the Hague Convention of October 18th, 1907, for the Pacific Settlement of International Disputes.

Article 5.

The present Convention, of which the English and French texts are both authoritative, shall bear this day's date, and shall, until April 1st, 1934, be open for signature on behalf of any Member of the League of Nations, or of any non-member State which was represented at the Conference which drew up this Convention or to which the Council of the League of Nations shall have communicated a copy of the Convention for this purpose.

Article 6.

The present Convention shall be ratified. As from 1 January 1948 the instruments of ratification shall be transmitted to the Secretary-General of the United Nations, who shall notify their receipt to all Members of the United Nations and to non-member States to which the Secretary-General has communicated a copy of the Convention.

Article 7.

Members of the United Nations may accede to the present Convention. The same applies to non-member States to which the Economic and

membres auxquels le Conseil économique et social de l'Organisation des Nations Unies pourra décider de communiquer officiellement la présente convention.

Les instruments d'adhésion seront transmis au Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies, qui en notifiera le dépôt à tous les Etats Membres, ainsi qu'aux Etats non membres auxquels le Secrétaire général aura communiqué copie de la convention.

Article 8.

La présente convention entrera en vigueur soixante jours après que le Secrétaire général de la Société des Nations aura reçu deux ratifications ou adhésions.

Elle sera enregistrée par le Secrétaire général le jour de son entrée en vigueur.

Les ratifications ou adhésions ultérieures prendront effet à l'expiration d'un délai de soixante jours, à partir du jour de leur réception par le Secrétaire général.

Article 9.

La présente convention pourra être dénoncée par une notification adressée au Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies. Cette dénonciation prendra effet un an après sa réception et seulement à l'égard de la Haute Partie contractante qui l'aura notifiée.

Article 10[1].

Le Secrétaire général communiquera à tous les Etats Membres de l'Organisation des Nations Unies, ainsi qu'aux Etats non membres auxquels il aura communiqué copie de la convention, les dénonciations prévues à l'article 9.

[1] Les paragraphes un, deux, trois et cinq de l'article 10 original ont été supprimés. Du paragraphe restant (paragraphe quatre de l'article original) les mots "et les déclarations reçues en vertu du présent Article" ont été supprimés.

Social Council of the United Nations may decide officially to communicate the present Convention.

The instruments of accession shall be transmitted to the Secretary-General of the United Nations, who shall notify their receipt to all Members of the United Nations and to non-member States to which the Secretary-General has communicated a copy of the Convention.

Article 8.

The present Convention shall come into force sixty days after the Secretary-General of the League of Nations has received two ratifications or accessions.

It shall be registered by the Secretary-General on the day of its entry into force.

Subsequent ratifications or accessions shall take effect at the end of sixty days after their receipt by the Secretary-General.

Article 9.

The present Convention may be denounced by notification addressed to the Secretary-General of the United Nations. Such denunciation shall take effect one year after its receipt, but only in relation to the High Contracting Party who has notified it.

Article 10.[1]

The Secretary-General of the United Nations shall communicate to all the Members of the United Nations and to the non-member States to which the Secretary-General has communicated a copy of the Convention, the denunciations referred to in Article 9.

[1] Paragraphs one, two, three and five of the original Article 10 have been deleted. Of the remaining paragraph (paragraph four of the original article), the words "and the declarations received under the present Article" have been deleted.

EN FOI DE QUOI les plénipotentiaires susmentionnés ont signé la présente convention.

FAIT À GENÈVE, le onze octobre mil neuf cent trente-trois, en un seul exemplaire, qui sera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société des Nations et dont les copies certifiées conformes seront remises à tous les Membres de la Société des Nations et aux Etats non membres visés à l'article 5.

IN FAITH WHEREOF the above-mentioned Plenipotentiaries have signed the present Convention.

DONE at Geneva, the eleventh day of October, one thousand nine hundred and thirty-three, in a single copy, which shall remain deposited in the archives of the Secretariat of the League of Nations, and certified true copies of which shall be delivered to all the Members of the League and to the non-member States referred to in Article 5.

ALBANIE — ALBANIA

LEC KURTI

ALLEMAGNE — GERMANY

WOERMANN

AUTRICHE — AUSTRIA

Dr. Erhard SCHIFFNER

BELGIQUE — BELGIUM

Sous réserve de l'article 10[1]

J. MÉLOT

GRANDE-BRETAGNE ET IRLANDE DU NORD — GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

ainsi que toutes parties de l'Empire britannique non membres séparés de la Société des Nations. — and all parts of the British Empire which are not separate Members of the League of Nations.

William G. A. ORMSBY GORE

AUSTRALIE — AUSTRALIA

S. M. BRUCE

UNION SUD-AFRICAINE — UNION OF SOUTH AFRICA

C. T. TE WATER

BULGARIE — BULGARIA

D. MIKOFF

CHILI — CHILE

Enrique J. GAJARDO V.

CHINE — CHINA

V. K. Wellington Koo
Quo TAI-CHI

VILLE LIBRE DE DANTZIG — FREE CITY OF DANZIG

Edouard RACZYNSKI

ESPAGNE — SPAIN

Isabel OYARZABAL DE PALENCIA

FRANCE — FRANCE

JULES GAUTIER

GRECE — GREECE

R. RAPHAËL

HONGRIE — HUNGARY

Ladislas DE TAHY

LETTONIE — LATVIA

J. FELDMANS

LITHUANIE — LITHUANIA

Vaclovas SIDZIKAUSKAS

MONACO — MONACO

Xavier RAISIN

Translation by the Secretariat of the League of Nations:

[1] With reservation as regards Article 10.

NORVEGE	Sous réserve de ratification[1] Hersleb BIRKELAND	NORWAY
PANAMA	R. A. AMADOR	PANAMA
PAYS-BAS	Y compris les Indes néerlandaises, le Surinam et Curaçao[2] LIMBURG	THE NETHERLANDS
POLOGNE	Edouard RACZYNSKI	POLAND
PORTUGAL	J. LOBO D'AVILA LIMA	PORTUGAL
SUEDE	K. I. WESTMAN	SWEDEN
SUISSE	Sous réserve de ratification de S. M. le Roi de Suède avec l'approbation du Riksdag[3] STAMPFLI C. GORGÉ	SWITZERLAND
TCHECOSLOVAQUIE	Rudolf KÜNZL-JIZERSKY	CZECHOSLOVAKIA
YOUGOSLAVIE	Constantin FOTITCH	YUGOSLAVIA

Translation by the Secretariat of the League of Nations:

[1] Subject to ratification.
[2] Including the Netherlands Indies, Surinam and Curaçao.
[3] Subject to ratification by His Majesty the King of Sweden with the approval of the Riksdag.

SALES AGENTS OF THE UNITED NATIONS PUBLICATIONS
DEPOSITAIRES DES PUBLICATIONS DES NATIONS UNIES

ARGENTINA—*ARGENTINE*
Editorial Sudamericana S.A.
Alsina 500
BUENOS AIRES

AUSTRALIA—*AUSTRALIE*
H. A. Goddard Pty. Ltd.
255a George Street
SYDNEY, N. S. W.

BELGIUM—*BELGIQUE*
Agence et Messageries de la Presse, S. A.
14-22 rue du Persil
BRUXELLES

BOLIVIA—*BOLIVIE*
Librería Científica y Literaria
Avenida 16 de Julio, 216
Casilla 972
LA PAZ

CANADA
The Ryerson Press
299 Queen Street West
TORONTO

CHILE—*CHILI*
Edmundo Pizarro
Merced 846
SANTIAGO

CHINA—*CHINE*
The Commercial Press Ltd.
211 Honan Road
SHANGHAI

COLOMBIA—*COLOMBIE*
Librería Latina Ltda.
Apartado Aéreo 4011
BOGOTÁ

COSTA RICA—*COSTA-RICA*
Trejos Hermanos
Apartado 1313
SAN JOSÉ

CUBA
La Casa Belga
René de Smedt
O'Reilly 455
LA HABANA

CZECHOSLOVAKIA—*TCHECOSLOVAQUIE*
F. Topic
Narodni Trida 9
PRAHA I

DENMARK—*DANEMARK*
Einar Munksgaard
Nörregade 6
KJØBENHAVN

DOMINICAN REPUBLIC—*RÉPUBLIQUE DOMINICAINE*
Librería Dominicana
Calle Mercedes No. 49
Apartado 656
CIUDAD TRUJILLO

ECUADOR—*ÉQUATEUR*
Muñoz Hermanos y Cía.
Nueve de Octubre 703
Casilla 10-24
GUAYAQUIL

EGYPT—*ÉGYPTE*
Librairie "La Renaissance d'Egypte"
9 Sh. Adly Pasha
CAIRO

FINLAND—*FINLANDE*
Akateeminen Kirjakauppa
2, Keskuskatu
HELSINKI

FRANCE
Editions A. Pedone
13, rue Soufflot
PARIS, V^e^

GREECE—*GRÈCE*
"Eleftheroudakis"
Librairie Internationale
Place de la Constitution
ATHÈNES

GUATEMALA
José Goubaud
Goubaud & Cía. Ltda.
Successor
5a Av. Sur No. 6 y 9a C. P.
GUATEMALA

HAITI
Max Bouchereau
Librairie "A la Caravelle"
Boîte postale 111-B
PORT-AU-PRINCE

INDIA—*INDE*
Oxford Book & Stationery Company
Scindia House
NEW DELHI

IRAN
Bongahe Pahlavy
731 Shah Avenue
TEHERAN

IRAQ—*IRAK*
Mackenzie & Mackenzie
The Bookshop
BAGHDAD

LEBANON—*LIBAN*
Librairie universelle
BEYROUTH

LUXEMBOURG
Librairie J. Schummer
Place Guillaume
LUXEMBOURG

NETHERLANDS—*PAYS-BAS*
N. V. Martinus Nijhoff
Lange Voorhout 9
's-GRAVENHAGE

NEW ZEALAND—*NOUVELLE-ZÉLANDE*
Gordon & Gotch, Ltd.
Wating Taylor Street
WELLINGTON

NICARAGUA
Ramiro Ramírez V.
Agencia de Publicaciones
MANAGUA, D. N.

NORWAY—*NORVÈGE*
Johan Grundt Tanum Forlag
Kr. Augustgt. 7A
OSLO

PHILIPPINES
D. P. Pérez Co.
132 Riverside
SAN JUAN

SWEDEN—*SUÈDE*
A.-B. C. E. Fritzes Kungl. Hofbokhandel
Fredsgatan 2
STOCKHOLM

SWITZERLAND—*SUISSE*
Librairie Payot S. A.
LAUSANNE, GENÈVE, VEVEY, MONTREUX, NEUFCHÂTEL, BERNE, BALE
Hans Raunhardt
Kirchgasse 17
ZÜRICH I

SYRIA—*SYRIE*
Librairie universelle
DAMAS

TURKEY—*TURQUIE*
Librairie Hachette
469 Istiklal Caddesi
BEYOGLU-ISTANBUL

UNION OF SOUTH AFRICA—*UNION SUD-AFRICAINE*
Central News Agency
Commissioner & Rissik Sts.
JOHANNESBURG and at CAPETOWN and DURBAN

UNITED KINGDOM—*ROYAUME-UNI*
H. M. Stationery Office
P. O. Box 569
London, S.E. 1
and at H.M.S.O. Shops in LONDON, EDINBURGH, MANCHESTER, CARDIFF, BELFAST and BRISTOL

UNITED STATES OF AMERICA—*ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE*
International Documents Service
Columbia University Press
2960 Broadway
NEW YORK 27, N. Y.

URUGUAY
Oficina de Representación de Editoriales
Av. 18 de Julio 1333 Esc. 1
MONTEVIDEO

VENEZUELA
Escritorio Pérez Machado
Conde a Piñango 11
CARACAS

YUGOSLAVIA—*YOUGOSLAVIE*
Drzavno Preduzece
Jugoslovenska Knjiga
Moskovska Ul. 36
BEOGRAD

[4804]

Printed in Canada *Price: 10 cents* 2 August 1948